

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CETELEM BRASIL

Senhores Acionistas:
 Submetemos à Vossa apreciação as Demonstrações Financeiras da Cetelem Brasil S.A., de acordo com a Legislação Societária, relativa aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012.

A CETELEM
 A Cetelem é uma subsidiária integral do BNP Paribas Personal Finance - França, empresa presente em mais de 20 países, posicionada entre os líderes mundiais do mercado de crédito ao consumo. Marcou o início de suas atividades no mercado nacional em 1999 com destaque na oferta de cartões de crédito, e hoje atua em conjunto com mais de 30 redes do varejo em segmentos como supermercados, materiais de construção, eletroeletrônicos, e-commerce, materiais esportivos, dentre outros. Criado em 1994, o BGN, umas das marcas de financiamento de crédito consignado mais renomadas do país, com presença marcante no Nordeste, a partir de 2008 passou a fazer parte do portfólio de produtos do BNP Paribas Personal Finance no Brasil como a principal marca de soluções de crédito e financiamento. Uma união que sem dúvida traz possibilidades de negócios ainda maiores devido à solidez e ao maior leque de produtos e serviços que as duas empresas dispõem para clientes de todo o Brasil.

Hoje, a Cetelem e BGN atendem as necessidades de clientes de todas as classes sociais e contribui para a consolidação do crédito como uma ferramenta importante de fidelização e de gerenciamento do orçamento doméstico.

Desempenho Econômico-Financeiro
 Os Ativos Totais da Cetelem em 30 de junho de 2013 somaram R\$ 2.196 milhões com um Patrimônio Líquido de R\$ 347 milhões. O resultado apurado no primeiro semestre de 2013 foi um lucro de R\$ 4.9 milhões contra um prejuízo de R\$ 10.9 milhões no primeiro semestre de 2012.

Carteira de Crédito
 A carteira de crédito total em 30 de junho de 2013 fechou em R\$ 2.001 milhões (R\$ 1.409 milhões de carteira de originação própria e R\$ 592 milhões de carteira originada por cessões de crédito) contra R\$ 2.934 milhões em junho de 2012 (R\$ 1.083 milhões de carteira de originação própria e R\$ 1.850 milhões de carteira originada por cessões de crédito). A carteira de originação própria está distribuída em empréstimos e financiamentos nos produtos de crédito pessoal, crediários, cartão de crédito e outros e, os empréstimos adquiridos por cessão de créditos, basicamente formada por operações de crédito de consignado INSS. Apesar do crescimento de aproximadamente 30% das carteiras de originação própria, houve uma queda de aproximadamente 32% da carteira de crédito total, motivado por uma mudança estratégica em interromper a aquisição de novas operações de crédito por cessões. Em junho de 2013 a provisão sobre a carteira de crédito atingiu R\$ 128 milhões (R\$ 77 milhões em junho de 2012), devido principalmente a cessão de crédito de contratos 100% provisionados no valor de R\$ 47 milhões realizado em junho de 2012.

Índice da Base
 Em 30 de junho de 2013 o índice individual da Cetelem é de 15,87%. Desde 31 de março de 2009 a

Cetelem reporta os limites de forma consolidada através do líder o conglomerado Banco BNP Paribas Brasil.

O Observador Cetelem
 Fundado em 1989 pela Cetelem na França, "O Observador" é hoje referência de fonte nos estudos periódicos que compreendem e mapeiam os hábitos de consumo e evolução do mercado brasileiro. O estudo nos permite uma reflexão consistente sobre as grandes mudanças ocorridas e auxilia o varejo brasileiro a traçar suas estratégias de negócio, entendendo melhor o consumidor e as tendências que influenciarão seu comportamento.

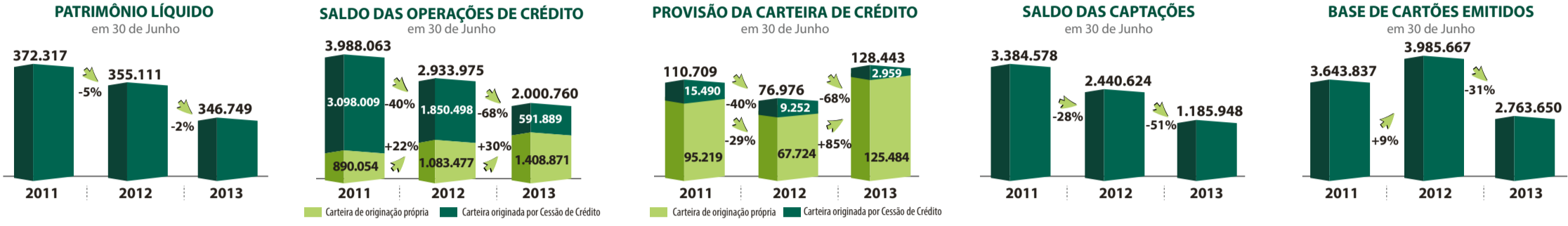
Desenvolvido em parceria com a Ipsos Public Affairs, este estudo é realizado há sete anos pela Cetelem BGN Brasil, e está disponível em www.cetelem.com.br.

Controles Internos
 Conforme estabelecido pela Resolução nº 2.554/98 BACEN, a estrutura de controles internos da Cetelem BGN vem sendo continuamente aperfeiçoada através das áreas de Compliance e Auditoria Interna visando fortalecer os controles existentes na instituição.

Agradecimentos
 Agradecemos aos clientes e parceiros comerciais pela preferência, aos acionistas pela confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento com os nossos objetivos e resultados alcançados no primeiro semestre de 2013.

Operações de Crédito

Destaques em Jun/2013	Ativos Totais	Carteira Própria	Cessão de Crédito	Total Carteira de Crédito	Provisões de Crédito	Saldo de Captações	Patrimônio Líquido	Base de Cartões Emitidos
	2.196.340	1.408.871	591.889	2.000.760	128.443	1.185.948	346.749	2.763.650



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

Ativo	Nota Explicativa	2013		2012		Passivo	Nota Explicativa	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012		
Circulante		1.724.119	1.778.003	1.532.197	1.222.477	Circulante		1.532.197	1.222.477	930.423	1.728.031
Disponibilidades	4	1.169	1.934	930.423	1.728.031	Depósitos	10	930.423	1.728.031	601.774	394.446
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	58.132	120.263	247	420	Depósitos interfinanceiros		247	420	601.774	394.446
Aplicações em depósitos interfinanceiros		58.132	120.263	6.122	6.176	Fiscais e previdenciárias	11a	8.122	6.176	247	420
Operações de Crédito		853.789	1.124.746	593.405	387.850	Diversas	11b	593.405	387.850	302.475	757.805
Setor privado	5	974.058	1.189.383	255.525	712.593	Exigível a Longo Prazo		255.525	712.593	46.950	45.212
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6	(120.269)	(64.637)	46.950	45.212	Depósitos	10	46.950	45.212	18.078	17.108
Outros Créditos		794.245	511.602	18.078	17.108	Depósitos interfinanceiros		18.078	17.108	28.872	28.104
Diversos	7	799.892	516.713	14.919	11.905	Outras Obrigações		14.919	11.905	14.919	11.905
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6	(5.647)	(5.111)	14.919	11.905	Fiscais e previdenciárias	11a	18.078	17.108	14.919	11.905
Outros Valores e Bens		16.784	19.458	28.872	28.104	Diversas	11b	28.872	28.104	14.919	11.905
Despesas antecipadas	8	16.784	19.458	14.919	11.905	Resultados de Exercícios Futuros	13	14.919	11.905	346.749	355.111
Realizável a Longo Prazo		422.391	1.402.041	346.749	355.111	Patrimônio Líquido		346.749	355.111	346.749	355.111
Operações de Crédito		329.142	1.283.234	346.749	355.111	Capital social	14	346.749	355.111	422.414	422.414
Setor privado	5	(2.456)	(7.213)	422.414	422.414	De domicílios no país		422.414	422.414	-	2.000
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6	67.969	88.002	-	2.000	Reservas de lucros		-	2.000	(75.665)	(69.303)
Outros Créditos		67.969	88.002	422.414	422.414	Prejuízos acumulados		422.414	422.414		
Diversos	7	67.941	88.017								
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6	(72)	(15)								
Outros Valores e Bens		27.836	38.018								
Despesas antecipadas	8	27.836	38.018								
Permanente		49.830	67.254								
Investimentos	9a	-	60.937								
Participações em controladas no país		-	60.937								
Imobilizado de Uso		860	1.388								
Outras imobilizações de uso	9b	1.710	1.903								
(-) Depreciações acumuladas		(850)	(515)								
Diferido		-	-								
Gastos de organização e expansão		229	8.371								
(-) Amortizações acumuladas		(229)	(8.371)								
Intangível		48.970	4.929								
Outros ativos intangíveis	9c	62.613	6.867								
(-) Amortizações acumuladas		(13.643)	(1.938)								
Total do Ativo		2.196.340	3.247.296	2.196.340	3.247.296	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.196.340	3.247.296		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

Descrição	Nota Explicativa	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012
Receitas da Intermediação Financeira		210.288	265.090		
Operações de crédito	15	208.122	262.257		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.161	2.803		
Resultado de operações de câmbio		5	30		
Despesas da Intermediação Financeira		(123.940)	(173.379)		
Operações de captação no mercado	16	(77.782)	(157.153)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(46.158)	(16.226)		
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		86.348	91.711		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(71.732)	(104.966)		
Receitas de prestação de serviços	17	46.774	38.831		
Rendas com tarifas bancárias	18	24.693	22.077		
Despesas de pessoal	19	(14.750)	(22.482)		
Outras despesas administrativas	20	(115.386)	(104.421)		
Despesas tributárias	21	(14.278)	(12.492)		
Resultado de participações em controlada	9a	-	3.098		
Outras receitas operacionais	22	45.113	15.943		
Outras despesas operacionais	23	(43.897)	(45.520)		
Resultado Operacional		14.616	(13.255)		
Resultado não Operacional		23	228		
Resultado antes da Tributação sobre o Resultado e Participações		14.639	(13.027)		
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	(7.216)	4.993		
Provisão para imposto de renda		(1.303)	(988)		
Provisão para contribuição social		(830)	(593)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(5.083)	6.574		
Participações Estatutárias		(2.559)	(2.828)		
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre		4.864	(10.862)		
Lucro Líquido (Prejuízo) por Lote de Mil Ações - em R\$		11,51	(25,71)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	422.414	2.000	(58.441)	365.973
Prejuízo do semestre	-	-	(10.862)	(10.862)
Saldos em 30 de Junho de 2012	422.414	2.000	(69.303)	355.111
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	422.414	-	(80.529)	341.885
Lucro líquido do semestre	-	-	4.864	4.864
Saldos em 30 de Junho de 2013	422.414	-	(75.665)	346.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Cetelem Brasil") foi constituída em 20 de dezembro de 1999, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 31 de janeiro de 2000, tendo como objetivo principal a concessão de crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal. As operações de empréstimo tiveram início em novembro de 2000. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integralmente no mercado financeiro e de serviços, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas ligadas. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As Demonstrações Financeiras foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN até o momento. Desta forma a Cetelem Brasil, na elaboração das demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologada pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. i) Novos pronunciamentos emitidos pelo Banco Central do Brasil que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012 - Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, que estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2013.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial. **b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São demonstradas pelos valores aplicados e consideram as rendas até a data do balanço, recalculados em base "pro rata" dia. **c) Operações de crédito, outros créditos e provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 e alterações posteriores do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa considerada suficiente pela Administração atende aos requisitos estabelecidos pelo BACEN, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5. **d) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. **e) Permanente:** Demonstrado ao custo de aquisição combinado com os seguintes aspectos: • Os investimentos em controladas e coligações são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. • Depreciação acumulada do imobilizado, calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens. • O ativo intangível é registrado pelo custo deduzido da amortização acumulada. Os gastos com aquisição de locais são amortizados em 5 anos ou proporcionalmente ao prazo de utilização. **Impairment** é o procedimento de avaliação dos bens da instituição para corrigir eventuais divergências entre o valor contabilizado versus valor real de mercado (valor recuperável). Através dele é possível identificar se um determinado bem tem projeção de geração de caixa inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado. Este procedimento é regulamentado pelo pronunciamento contábil CPC 01 - Redução ao valor recuperável de Ativos. Além disso, a Cetelem reacessou o inventário de seu imobilizado e identificou ativos obsoletos, que resultaram em perdas no montante de R\$ 38, registrados no grupo de Despesas Não Operacionais. **f) Depósitos Interfinanceiros:** São demonstrados pelos valores de exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, recalculados em base "pro rata" dia. **g) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias. **h) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa acumuladas. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. Todos são registrados pelas alíquotas vigentes à época do balanço. **i) Ativos e Provisões Contingentes e**

Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25 e na Carta-Circular BACEN nº 3.429/10 da seguinte forma: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os passivos contingentes são incertos e, portanto, não são provisionados, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando classificados como perdas possíveis, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **j) Uso de estimativas:** A elaboração das informações financeiras da Cetelem Brasil exige que a Administração faça uso de estimativas relativas, por exemplo, ao valor justo de ativos e passivos financeiros, vida útil de ativo imobilizado, provisões para perdas com crédito e contingências, que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
 Para fins de elaboração das demonstrações financeiras dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor de custo.

	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	1.121	1.891
Disponibilidades em moeda estrangeira	48	43
Total	1.169	1.934
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	58.132	120.263
Total de caixa e equivalentes de caixa	59.301	122.197

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2013, estão assim sumarizadas:

a) Por tipo de operação

Descrição	2013		2012	
	Saldo	%	Saldo	%
Empréstimo pessoal	10.642	0,53	5.977	0,20
Empréstimo - cartão de crédito	419.843	20,98	3	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

ao longo dos próximos 10 (dez) anos, comparativamente com o valor presente, calculado com base em taxas referenciais divulgadas pela BM&F:

Período	Realização do crédito de imposto de renda		Realização do crédito de contribuição social		2013	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
	2013	29.150	27.923	17.491	16.754	46.641
2014	9.670	8.398	5.802	5.039	15.472	13.437
2015	9.670	7.532	5.802	4.519	15.472	12.051
2016	4.782	3.337	2.869	2.002	7.651	5.339
2017	4.782	2.996	2.869	1.798	7.651	4.794
até 2022	1.517	642	909	385	2.426	1.027
Total	59.571	50.828	35.742	30.497	95.313	81.325

Os Créditos Tributários de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos calculados sobre Prejuízo Fiscal - PF e Base Negativa - BN de períodos anteriores, são realizados à medida que a Cetelem Brasil apresente lucro tributável. A legislação do imposto de renda, através da Lei 9.819/95 prevê que as pessoas jurídicas poderão deduzir do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda, limitado a 30%, os valores dos referidos prejuízos. Desta forma, fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, apresentamos o quadro abaixo demonstrando a realização do saldo de créditos tributários em 30 de junho de 2013, ao longo dos próximos 3 (três) anos, comparativamente com o valor presente, calculado com base nas taxas referenciais divulgadas pela BM&F.

Período	Realização do crédito de prejuízo fiscal		Realização do crédito de base negativa		2013	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
	2013	601	576	361	345	962
2014	2.927	2.542	1.756	1.525	4.683	4.067
2015	626	488	376	293	1.002	781
Total	4.154	3.606	2.493	2.163	6.647	5.769

b) Referem-se aos valores das compras efetuadas pelos titulares de cartão de crédito. As faturas não liquidadas integralmente no vencimento são transferidas para a conta "Empréstimo - cartão de crédito" na rubrica "Operações de crédito". As principais informações dessa conta estão apresentadas em conjunto com a rubrica "Operações de crédito". c) Referem-se, basicamente, a valores a receber de bancos conveniados relativos a parcelas mensais de financiamentos no cartão de crédito e outros pagamentos.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas são representadas principalmente por gastos com acordos comerciais firmados com parceiros, objetivando aumentar a oferta, disponibilidade e exploração dos produtos financeiros nas redes de lojas, e são amortizadas linearmente pelo prazo de duração dos respectivos contratos, que varia de três a dez anos, e totalizaram R\$ 44.620 (R\$ 57.476 em 2012).

9. PERMANENTE

a) Investimento na Submarino Finance: Em 29 de janeiro de 2010, a Cetelem Brasil adquiriu pelo seu valor contábil, participação societária na "Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.", anteriormente, subsidiária da Cetelem América Ltda. Este investimento foi realizado pelo valor de R\$ 59.955. Em 13 de novembro de 2012, os sócios da Submarino Finance aprovaram a sua cisão parcial, com a absorção da parcela cindida pela Cetelem Brasil. Os sócios decidiram ainda reduzir o capital social da Submarino Finance então em R\$ 24.010 para R\$ 10.152, incidindo esta redução integralmente sobre a participação da sócia Cetelem Brasil, que se retira da sociedade. Em consequência da incorporação da parcela cindida, a Cetelem Brasil, passa a suceder a Submarino Finance em todos os seus bens, direitos e obrigações relativos ao acervo objeto da cisão parcial. A Cetelem Brasil recebeu o montante financeiro de R\$ 12.866 e reconheceu a baixa proporcional a parcela de crédito tributário que foi perdida em decorrência da incorporação efetuada.

b) Imobilizado

	2013				2012			
	Depreciações acumuladas	Impairment	Valor líquido	Valor líquido	Depreciações acumuladas	Impairment	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10	618	(251)	(28)	339	475		
Móveis e equipamentos de uso	10	275	(88)	(60)	127	191		
Sistema de comunicação - equipamentos	20	186	(55)	(81)	50	153		
Sistema de processamento de dados	20	947	(456)	(150)	341	565		
Sistema de segurança	20	3	-	-	3	-		
Sistema de transporte - GPS	20	-	-	-	-	4		
Total		2.029	(850)	(319)	860	1.388		

c) Intangível: É representado principalmente pelo intangível incorporado da Submarino Finance, no montante de R\$ 43.965, decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis e testados por impairment ao menos anualmente, conforme mencionado na nota explicativa 3.e, bem como por outros ativos intangíveis, no total de R\$ 5.005.

	2013				2012			
	Amortizações acumuladas	Impairment	Valor líquido	Valor líquido	Amortizações acumuladas	Impairment	Valor líquido	Valor líquido
Ágio incorporado - Submarino Finance (i)	-	45.990	(2.025)	-	43.965	-		
Outros ativos intangíveis	20	16.643	(11.618)	(20)	5.005	4.929		
Total		62.633	(13.643)	(20)	48.970	4.929		

(i) O prazo de amortização é de 20 anos, a se encerrar em fev./2026.

10. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

Os depósitos interfinanceiros referem-se a operações de captação efetuadas com taxas prefixadas que variam de 7,71% a 14,39% ao ano (8,58% a 14,39% em 2012). A composição por vencimento é assim resumida:

Descrição	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Até 30 dias	113.848	298.104	113.848	298.104
De 31 a 60 dias	115.238	204.591	115.238	204.591
De 61 a 90 dias	104.408	212.162	104.408	212.162
De 91 a 180 dias	260.584	498.736	260.584	498.736
De 181 a 360 dias	336.345	514.438	336.345	514.438
Total do circulante	930.423	1.728.031	930.423	1.728.031
Acima de 360 dias	255.525	712.593	255.525	712.593
Total de longo prazo	255.525	712.593	255.525	712.593
Total	1.185.948	2.440.624	1.185.948	2.440.624

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2013			2012		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
	Imposto de renda e contribuição social	2.133	-	2.133	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.162	-	1.162	806	-	806
Provisão para contingências fiscais (nota 12.a)	-	18.078	18.078	-	17.108	17.108
Contribuição para o COFINS	1.831	-	1.831	1.704	-	1.704
Impostos e contribuições serviços de terceiros	212	-	212	817	-	817
Imposto Sobre Serviços ISS	276	-	276	248	-	248
Programa de Integração Social - PIS	298	-	298	277	-	277
Contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE	3	-	3	-	-	-
Impostos e contribuições sobre salários	2.207	-	2.207	2.324	-	2.324
Total	8.122	18.078	26.200	6.176	17.108	23.284

b) Diversas

Descrição	2013			2012		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
	Credores diversos - País (i)	547.503	-	547.503	343.689	-
Provisão para pagamentos a efetuar (ii)	25.951	-	25.951	32.003	-	32.003
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 25)	7.750	-	7.750	4.853	-	4.853
Provisão para ações judiciais (iii)	6.332	28.872	35.204	636	28.104	28.740
Provisão para despesas de pessoal	5.869	-	5.869	6.659	-	6.659
Outros	-	-	-	10	-	10
Total	593.405	28.872	622.277	387.500	28.104	415.954

(i) Referem-se, principalmente, aos valores a serem liberados aos estabelecimentos conveniados, por conta de compras efetuadas pelos clientes com os cartões Aura e Mastercard, as quais se encontram vinculadas às operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Cetelem Brasil. (ii) Referem-se, basicamente, a contas a pagar relativas às prestações de serviços de assessoria, marketing e outras despesas administrativas. (iii) Em 30 de junho de 2013, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas aos processos judiciais de ordem cível, cujas características são de ordens indenizatórias movidas por clientes e processos judiciais trabalhistas. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Cetelem Brasil acredita manter registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos desses processos (Nota 12a).

12. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais:

Obrigações legais e contingências fiscais	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Contribuição para o COFINS	293	276	293	276
Programa de Integração Social - PIS	15.149	14.274	15.149	14.274
Provisão para contingências fiscais	2.636	2.558	2.636	2.558
Total de obrigações legais e contingências fiscais	18.078	17.108	18.078	17.108
Outros passivos contingentes	2013	2012	2013	2012
Provisão para contingências cíveis	31.402	24.820	31.402	24.820
Provisão para contingências trabalhistas	3.750	3.284	3.750	3.284
Provisão sobre avais e fianças	52	636	52	636
Total de outros passivos contingentes	35.204	28.740	35.204	28.740
Total de passivos contingentes e obrigações legais	53.282	45.848	53.282	45.848

Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente de acordo com o histórico de perdas das causas e estão representados por 5.807 (6.690 em 2012) processos de natureza cível e por 924 processos de natureza trabalhista (150 em 2012).

b) Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Avais	Saldo
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	17.613	3.457	24.473	218	45.761
Constituição/Reversão de provisão (nota 23)	38	1.133	16.804	(166)	17.809
Despesas de atualização monetária	427	-	-	-	427
Baixas por pagamento	-	(840)	(9.875)	-	(10.715)
Saldo em 30 de Junho de 2013	18.078	3.750	31.402	52	53.282

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Avais	Saldo
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	16.450	3.382	18.019	677	38.528
Constituição/Reversão de provisão (nota 23)	54	(98)	11.659	(41)	11.574
Despesas de atualização monetária	604	-	-	-	604
Baixas por pagamento	-	-	(4.858)	-	(4.858)
Saldo em 30 de Junho de 2012	17.108	3.284	24.820	636	45.848

Obrigações legais: PIS/COFINS - As principais teses em discussão são relativas a mandados de segurança cujo foco da discussão é a inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 (composição da base de cálculo) no montante de R\$ 15.442 (R\$ 14.550 em 2012) e auto de infração de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 2.636 (R\$ 2.558 em 2012). Não existem causas classificadas como nível de risco "positivo". **Contingências trabalhistas** - São ações movidas por ex-colaboradores nas quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista, cujos objetos de discussão estão relacionados a danos morais, horas extras e equiparação salarial. **Contingências cíveis**: São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cobrança de taxas, tarifas, encargos, fraude, recusa de crédito e negativa indevida. Com o objetivo de padronizar o critério de provisão para contingências cíveis entre as empresas do grupo Cetelem BGN, a partir de Junho de 2012, o cálculo de provisionamento passou a ser constituído com base no valor médio dos pagamentos dos processos encerrados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, sendo este valor médio aplicado sobre os processos em andamento.

13. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Descrição	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Rendas a apropriar	14.919	11.905	14.919	11.905
Total	14.919	11.905	14.919	11.905

Refere-se as receitas sobre pré-pagamentos em operações de cartão de crédito oriundas da antecipação do repasse de compras parceladas (nota 22). As receitas são apropriadas de acordo com o prazo de amortização da Carteira de Crédito.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital subscrito está representado por 422.414.000 ações ordinárias, com valor nominal de R\$1,00 cada ação. **b) Dividendos:** Conforme o estatuto da Cetelem Brasil, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido de cada exercício. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2013, não foram propostos nem distribuídos dividendos. **c) Acordo da Basileia:** As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Desde 31 de março de 2009, a Cetelem Brasil vem apurando os limites de forma consolidada através do Banco BNP Paribas S.A.

15. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Empréstimos	235.118	308.686	235.118	308.686
Financiamentos	2.535	22.420	2.535	22.420
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.465	5.601	6.465	5.601
Despesa com cessão de crédito	(35.996)	(74.450)	(35.996)	(74.450)
Total	208.122	262.257	208.122	262.257

16. DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

Descrição	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Depósitos interfinanceiros	77.782	157.153	77.782	157.153
Total	77.782	157.153	77.782	157.153

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Comissões (*)	15.082	13.690	15.082	13.690
Tarifa de intercâmbio	14.555	10.656	14.555	10.656
Tarifa de cobrança por atraso	12.149	8.748	12.149	8.748
Retenção de lojistas - compras no cartão	4.987	5.726	4.987	5.726
Outras	1	11	1	11
Total	46.774	38.831	46.774	38.831

(*) Refere-se em sua maioria a comissões recebidas por contratos de seguros.

18. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2013		2012	
	2013	2012	2013	2012
Cartão de crédito básico - anuidade	21.818	17.242	21.818	17.242
Fornecimento de 2ª via de cartão	1.144	230	1.144	230
Avaliação emergencial do limite de cartão	874	3.453	874	3.453
Confecção de cadastro	-	642	-	642
Outros	857	510	857	510